



DCV 215 - Teoria Geral das Obrigações

Prof. Cristiano de Sousa Zanetti

Monitoria de 9.V.2023

Tema: Revisão

Monitor: Henrique Stecanella Cid

Exercício 1

João e Miguel ajustam a compra e venda de dado imóvel residencial. Por força do pactuado, Miguel se obriga a efetuar o pagamento em 2 de maio e João a transferir a propriedade e a posse em 5 de maio de 2023. Entusiasmado com a perspectiva da casa própria, Miguel efetua tempestivamente o pagamento e negocia o término do contrato de locação da residência em que vivia para o dia 5. Na véspera da ocasião prevista para a entrega, todavia, o imóvel é consumido por um incêndio.

Nesse cenário, esclareça as consequências jurídicas caso reste demonstrada a ocorrência de cada um dos fatos narrados a seguir:

- a) O incêndio foi fruto de uma descarga elétrica extraordinária, provocada por um equívoco da concessionária de distribuição de energia.
- b) O incêndio foi fruto de um descuido de João, que deixou ligado o gás que alimenta o forno, ao partir pela manhã para o seu trabalho.

Suponha agora que o incêndio tenha apenas danificado o imóvel. Nessa circunstância, variam as soluções encontradas para as hipóteses *a* e *b*?

Exercício 2

Classifique as obrigações abaixo descritas como de dar, fazer ou não fazer.

- a) Obrigações oriundas da compra e venda de safra (art. 481);
- b) Obrigações oriundas da permuta de dois imóveis (art. 533);
- c) Obrigações oriundas da locação de bem móvel (art. 565);

- d) Obrigação contraída pelo mutuário de sacas de soja (art. 586);
- e) Obrigações contraídas pelo empreiteiro encarregado de construir uma hidrelétrica (art. 610);
- f) Obrigações contraídas pelo depositário de quadro raro (art. 627);
- g) Obrigação do corretor encarregado de encontrar um comprador para certo imóvel (art. 722);
- h) Obrigações contraídas pelo segurador de dado automóvel (art. 757);
- i) Obrigação do transportador de dada carga (art. 730); e
- j) Obrigação do alienante de estabelecimento (art. .1147).

Exercício 3

Verdadeiro ou falso?

- a) Nas obrigações alternativas, a determinação coincide com o cumprimento;
- b) Em matéria de obrigações alternativas vigora a regra da indivisibilidade;
- c) Nas obrigações alternativas, uma vez feita a escolha da prestação pelo devedor, este não pode revogar a escolha efetuada;
- d) Nas obrigações alternativas, a recusa do terceiro indicado pelas partes para efetuar a escolha da prestação resulta na extinção do vínculo obrigacional; e
- e) As obrigações com faculdade alternativa são obrigações simples e, portanto, regidas pelas regras gerais do direito das obrigações.

Exercício 4

Verdadeiro ou falso?

- a) As partes que têm na obrigação divisível os vários credores ou devedores são iguais, salvo convenção em contrário;
- b) Se a prestação indivisível se tornar impossível por fato imputável a todos os devedores, o dever de indenizar passa a incidir sobre todos eles em regime de solidariedade;
- c) O devedor demandado por obrigação indivisível pode exigir que o credor acione conjuntamente todos os codevedores; e
- d) O perecimento do objeto da obrigação indivisível por fato imputável apenas a um dos devedores extingue o vínculo jurídico com relação aos demais.

Exercício 5

Verdadeiro ou falso?

- a) O regime regra em sede de pluralidade passiva é o da parciariedade;
- b) Quando os devedores tenham garantias diferentes, a obrigação deixa de ser solidária;
- c) O devedor solidário só pode opor ao credor os meios de defesa próprios;
- d) Quando o credor tenha conhecimento da proporção das quotas dos devedores solidários, só subsidiariamente pode exigir de cada devedor o que excede a respectiva quota; e
- e) Se a prestação se tornar impossível por causa imputável a um dos devedores solidários, todos passam a ser igualmente obrigados a efetuar o pagamento do equivalente, somado a perdas e danos.

Exercício 6

“A notificação é apenas para a eficácia no que toca ao devedor, que se supõe conhecer o que se passou a respeito de sua dívida”
(PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*, t. XXIII, 3ª ed., 2ª reimp., São Paulo, RT, 1984, p. 268). De acordo com esse trecho, responda:

- a) A notificação do devedor é necessária para que a cessão seja válida?

- b) Antes da notificação, o devedor está obrigado a pagar ao cessionário?
- c) O mesmo trecho serve para quando se tiver hipótese de cessão (assunção) da dívida?

Exercício 7

Verdadeiro ou falso?

- a) A prestação pode ser feita por terceiro, desde que interessado no cumprimento da obrigação;
- b) A prestação pode ser realizada por partes, salvo convenção em contrário;
- c) Nas dívidas em dinheiro, somente se considera efetuado o pagamento se ao montante principal for acrescida correção monetária;
- d) Salvo estipulação em sentido contrário, o adimplemento deve ser efetuado no domicílio do credor;
- e) Nas obrigações pactuadas sem prazo, a prestação devida somente passará a ser exigível depois de pronunciamento do Poder Judiciário a propósito;
- f) O adimplemento com sub-rogação satisfaz o credor, sem extinguir a dívida; e
- g) Não havendo designação pelo devedor e havendo várias dívidas vencidas, a imputação deve ser feita na que oferecer melhor garantia para o credor.

* * *